

4 A adolescência na contemporaneidade

4.1 Adolescência

Compreender a categoria Adolescência para além da imediaticidade é o início da desconstrução das percepções da adolescência como um período problemático, e o começo para que ela seja vista como uma fase preparatória para a inserção no universo adulto, cujas ações e falas tendem a denunciar e protestar “verdades” cristalizadas pelas suas famílias. Atualmente, a adolescência é um termo de intensa disseminação na mídia, porém a visão transmitida é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que enaltece os adolescentes, tende a estigmatizá-los, apresentando adolescentes fúteis, agressivos, deprimidos e delinquentes, cujos pais, desorientados, não sabem lidar com as inusitadas situações dessa fase, por isso os caracterizam como “aborrecentes” . Essa compreensão da adolescência possibilita um olhar cuidadoso e respeitoso sobre as percepções dos adolescentes que sofreram violência física.

Sem a pretensão de se realizar um extenso resgate histórico da adolescência, deseja-se determinar pontos considerados importantes sobre o início da valorização dessa fase humana. Até o final século XVIII, assim como a palavra criança, adolescência não era uma terminologia que fazia parte dos dicionários brasileiros. O termo era substituído pela palavra mocidade ou juventude, o homem passava da fase infantil à adulta (jovem). Os homens com 15 anos eram considerados adultos e começavam a desfrutar das decisões familiares e das responsabilidades sociais desse universo, e as meninas aos 12 anos já eram consideradas aptas ao matrimônio. Os adolescentes escravos eram valiosos, pois dos 15 aos 24 anos de idade inseriram-se numa fase considerada de vigor, para desenvolver o árduo trabalho nas lavouras e minerações.

“Ao pai-proprietário interessava o filho adulto, com capacidade para herdar seus bens, levar adiante seu trabalho e enriquecer a família. A criança tinha uma vida paralela à economia doméstica. Donde o fenômeno da <<adulterização>> precoce da infância. Tão logo chegavam à puberdade, os filhos eram levados a assumir a postura de adultos. Assim, adquiriam o direito

a uma maior participação na atenção da família”
(Costa, 1989, p.158).

Tome-se como exemplo da adultização dos jovens nesse período, a insatisfação de Dom Pedro II, aos 15 anos de idade, sob a forma de mau-humor, ao ter que cumprir sua agenda de compromissos sociais. Compromissos esses que limitavam suas vivências juvenis, dos quais só poderia usufruir das brincadeiras, do banho de cachoeira, dos passeios de barco quando os afazeres do universo adulto o permitiam.

“Depois de longo intervalo e desafinadas ouvertures, [...] nunca vi harpa como esta nem mesmo as dos pretendentes. Acabada a peça, dormindo fui para casa, dormindo me despi e dormindo me deitei, agora façam-me o favor de me deixar dormir, estou muito cansado, não é pequena a maçada!” (Mauad apud o Diário de Dom Pedro II, 1999, p.174).

Vários fatores contribuíram para a valorização da adolescência, tais como: a valorização econômica da criança e do adolescente; o processo de urbanização da sociedade; o surgimento do ensino obrigatório; os progressos científicos e tecnológicos e o aumento da expectativa de vida em face da redução da natalidade e da mortalidade infantil. Vale salientar que as crianças e os adolescentes desempenhavam o mesmo trabalho dos adultos no período de industrialização, porém com salários inferiores e a mão-de-obra mais barata, razão pela qual esse segmento etário passou a ser mais contratado e a impulsionar o aumento de desemprego entre os adultos. Em decorrência da intensa exploração infanto-juvenil no mundo, são criadas entre 1802 e 1867, pela Inglaterra, 17 leis de proteção ao trabalho das crianças e adolescentes, cuja promulgação evidenciou uma mudança no olhar da sociedade sobre esse segmento etário, que passa a receber preocupação e cuidados até então inexistentes. No Brasil, a proteção à criança e ao adolescente, em termos trabalhistas, só aconteceu no século XX tendo em vista que o processo de industrialização do país se deu tardiamente.

No campo científico mundial, as pesquisas sobre a adolescência começaram a ser realizadas no século XIX, ocasião em que se destacaram, pensadores como Rousseau e Darwin. No século seguinte Hall, Freud, Erikson, Gessel e Piaget impulsionaram os estudos, sendo referências na contemporaneidade.

O termo adolescência foi gradativamente ganhando espaço na sociedade, sobretudo em decorrência da disseminação na mídia. Voltando-se o olhar para a mídia brasileira, pode-se observar que ela caracteriza a adolescência como uma fase de curtição, namoros, paixões, aventuras, consumo e outros costumes indiferentes à classe social a que pertence o adolescente, mencionando-se, em raros casos, o sentimento de perda do adolescente, ou seja, a sensação de luto vivido por ele, ocasionado pela puberdade e pelas mudanças psicossociais. Destaque-se a colocação de Becker (2003) sobre os adolescentes: os “(...) *adolescentes têm muito em comum, mas cada um tem também um comportamento próprio, determinado pelo meio em que vive e pelas suas experiências interiores*” (Becker, 2003, p.37). Para o pensador Jean-Jacques Rousseau (In Dolto, 1988), a adolescência é o segundo nascimento, por ser uma fase do desconhecido em decorrência das mudanças corporais e psicossociais; por isso é marcada pelas incertezas, dúvidas e ansiedades tanto dos adolescentes como de seus pais. Neste momento há uma construção de suas próprias visões, valores e conceitos em busca de auto-afirmação.

“É aqui o segundo nascimento de que falei; é aqui que o homem nasce verdadeiramente para a vida, e que nada de humano é estranho para ele. Até aqui nossas preocupações não passavam de jogos infantis; só agora elas adquirem verdadeira importância” (Dolto apud Rousseau, 1988, p.42).

É comum os adolescentes serem agressivos com seus pais, pois tal agressividade é um dos veículos de auto-afirmação para mostrarem que não são mais crianças. Ao renunciar às ordens, aos valores, às regras dos seus pais estão construindo seus próprios valores e defendendo suas percepções de mundo, principalmente por estarem vivendo uma contraditoriedade, pois possuem maior autonomia do que quando eram crianças, mas não podem usufruir da liberdade de um adulto. Os próprios pais ora os consideram crianças, ora os tratam como adultos, o que os leva a pensar, na maioria das vezes, que cabe a eles a responsabilidade de mostrarem que não são mais crianças e querem ser tratados como adultos.

“Os próprios adultos reforçam o dilema entre ser um adulto e ser uma criança quando dizem para o adolescente “você não é mais criança para fazer isto” ou “você ainda não tem idade para fazer isto”. É um momento de transição da fase infantil para a fase adulta e o adolescente experimenta a perda de tudo aquilo que

dizia respeito a sua infância, como também ensaia a sua entrada na vida adulta” (Teixeira, 2000, p.86).

Ao mesmo tempo em que buscam a independência, os adolescentes sentem medo do rompimento com o universo infantil, afinal é um momento de luto, sentimento de dor, tristezas, baixa auto-estima e depressão pela perda do seu corpo e da identidade infantil e dos pais que tinham. Teixeira (2000) considera três lutos básicos que são: o luto pelo corpo infantil, pela identidade e pelo papel exercido na infância e pelos pais da infância.

O luto pelo corpo infantil é decorrente das mudanças biológicas provocadas pela puberdade, ocasionando insegurança e vergonha do novo corpo. Por isso determinados adolescentes não conseguem sair da frente do espelho, este comportamento é um mecanismo de familiaridade ao novo, uma forma de se acostumar, por exemplo, com os seios no caso das meninas e no caso dos meninos com a barba. Já o luto pela identidade e pelo papel da infância é trazido pelo sentimento de não pertencimento nem ao mundo infantil e nem ao dos adultos. Porque não possuem algo estabelecido, vivem em constante busca de construção. O luto do adolescente pelos pais da infância é caracterizado pela perda gradativa dos pais que os mimavam e lhes destinavam ações carinhosas. A maioria dos pais diminui sua atenção ao filho adolescente, por presumir que ele não precisa de tantos cuidados como antes, afinal está quase adulto. Esta postura traz resquícios históricos-culturais, em que o adolescente era visto como adulto, não devendo os pais prestar-lhe mais cuidados.

Cumprir mencionar também o luto dos pais pela perda do filho criança, pois a adolescência dos filhos tende a significar o caminhar para a velhice e isso, em muitos casos, incomoda. Além da adolescência dos filhos proporcionar aos pais um repensar sobre sua própria adolescência, dependendo como foi este período para eles, acabam repassando para os filhos suas experiências negativas.

Nesse processo de auto-afirmação e de luto vivido pelo adolescente, os grupos de amigos possuem um papel fundamental. O grupo contribui para o seu desenvolvimento, impulsionando-o a novas vivências, a buscar sua independência, na verdade, a sair do “ninho” gradativamente, o que funciona como uma forma de proteção. Os adolescentes se sentem acolhidos e fortalecidos entre seus iguais, por não sofrerem críticas e nem retaliações. Para o grupo, ser algo positivo deverá ser transitório e não algo dependente e crônico, mas vale salientar que, quanto maior for a repressão e a falta de diálogo dos

pais com os filhos, maior será a adesão e dependência dos adolescentes ao grupo. *“Durante esse período os pais são “degradados” pelos jovens, o grupo de coetâneos assume a função de substituir os pais”* (Klosinski, 2006, p.29).

De acordo com Zimerman (2001), os grupos podem ser caracterizados como normais, delinquentes e drogativos. As “turmas” são os grupos considerados normais, que proporcionam ao adolescente a construção de sua identidade, já que o auxiliam a criar sua independência familiar e se auto-afirmar na sociedade. Os grupos de delinquentes, entretanto, são os decorrentes da formação de gangues que utilizam da violência para transgredirem normas, costumes, leis e valores impostos pela sociedade. A violência é um veículo adotado pelos adolescentes para mostrarem aos seus pais discordância às “verdades” impostas, e os drogativos, onde a droga é considerada moda, um fetiche que colabora para a auto-afirmação e para a autodeterminação.

“Os grupos normais, que habitualmente denominamos como “turmas” propiciam para o adolescente a formação de uma nova identidade, intermediária entre a família e a sociedade, com a assunção de novos papéis e a busca de uma libertação do cerceamento imposto pelo superego e ideal do ego” (Zimerman, 2001, p.219).

O trabalho também é uma das formas encontrada pelos adolescentes para buscar sua auto-afirmação. Existem adolescentes que se lançam à procura do primeiro emprego, pois possuir dinheiro para arcar com suas despesas e até para ajudar seus pais demonstra sua autonomia. No entanto, nos dias atuais, os adolescentes vêm se deparando com as conseqüências da globalização e do neoliberalismo no mercado de trabalho. Cada dia o mercado de trabalho exige mão-de-obra mais qualificada e preparada, já não basta ter concluído o ensino médio regular, deve-se cursar informática, inglês e outros. Porém, se o adolescente pertence à classe popular não dispõe de condições econômicas para realizar esses tipos de cursos e suas chances no mercado de trabalho tendem a diminuir e, conseqüentemente, retardar a autonomia do adolescente neste aspecto. *“A tendência à racionalização das empresas levou sobretudo a considerar como supérfluos os jovens não suficientemente qualificados(...)”* (Klosinski, 2006, p.47). Em determinadas circunstâncias, decorrente da forma como esse jovem foi tratado na sua procura de emprego, isso pode gerar frustrações que estarão presentes no decorrer da vida adulta.

A pretensão da autora é mostrar que a adolescência está para além de mudanças no corpo do homem e é o começo do processo sociocultural de preparação do indivíduo para inserção do universo adulto. Esse processo vai desde o relacionamento sentimental com o sexo oposto, movido pela paixão à negação dos valores, regras, normas da sociedade reproduzidas no seio familiar pelos pais e/ou responsáveis e a construção de sua própria visão de mundo. *“A maturidade social é diferente da sexual e fisiológica. As mudanças que percebe em si e no meio levam-no à insegurança e à dificuldade em definir quem seja”* (Salles, 1998, p.47).

A adolescência significa também um período de avaliação da própria sociedade. As regras, os costumes, os valores, as leis, a condição social e econômica da sociedade são colocadas num processo crítico-reflexivo por alguns adolescentes e podem ser denunciadas através de ações e palavras do adolescente. Indagações cotidianas começam a estar presentes, como por exemplo, o motivo pelo qual existem pessoas que trabalham muito e ganham tão pouco, vivendo em condições subumanas, como seus pais, enquanto outras se esforçam pouco e ganham para além das necessidades para viver. Existem adultos que buscam conformar o adolescente dizendo a seguinte frase: “Deus quer assim!” Diante disso, entretando, na sua fase questionadora, o adolescente tende a não aceitar esta resposta à sua insatisfação com a realidade vivida, como a falta de moradia digna, a fome, a miséria de seus familiares e amigos e a estigmatização da pobreza. Todo esse conjunto pode torná-los “presas” fáceis para o crime organizado, pois acreditam que assim irão solucionar os problemas financeiros de seus pais e serão respeitados no “asfalto”, ou seja, serão respeitados pelas pessoas que não moram em suas comunidades. As atividades ilícitas tornam-se um mecanismo de protesto, de contestação à sociedade que não lhes oferece condições dignas de sobrevivência. *“Concluindo, poderíamos afirmar que os adolescentes são o barômetro da sociedade no seu sofrido caminho em busca de auto-afirmação”* (Pessanha, 2001, p.115). Quando o autor citado ressalta que o jovem é o barômetro da sociedade, ele procura chamar a atenção para que se olhem as atitudes e comportamentos desses como uma resultante do funcionamento da sociedade.

“Da mesma forma, os adolescentes pobres e marginalizados precisam ter o direito de escolher. A sociedade lhes deve coisas tão essenciais, como saúde, educação, igualdade. No entanto lhes é cobrado bom

comportamento e são punidos por delinqüência. Talvez delinqüente seja um país ou sistema social que ainda não aprendeu a dar condições mínimas de vida a suas crianças e adolescentes” (Becker, 2003, p.49).

Por saber que o adolescente tem esse poder de denúncia e de contestação, a sociedade estimula o abafamento crítico desse segmento etário, através da disseminação estigmatizadora de uma fase humana problemática, denominando-o, por exemplo, “aborrecente”(expressão do senso comum). Para melhor compreensão faz-se necessário analisar o significado da palavra aborrecimento: “1. Ato ou efeito de aborrecer; 2. repugnância; 3. tédio; 4. ódio” (Soares, 1999:04). Também quanto ao termo repugnância, observa-se: “1. qualidade de repugnante; 2. escrúpulo, aversão; 3. obstáculo, incompatibilidade” (Soares, 1999:631). Mas a quem o adolescente aborrece? O aborrecimento está atrelado à repugnância do indivíduo perante algo, de forma mais explícita, está vinculado à incompatibilidade e ao ódio do homem às situações que não aceita, que o incomodam. Essa é a razão pela qual para os pais e para parcela da sociedade o adolescente é um “aborrecente”, pois questiona as “verdades” cristalizadas que, apesar de não serem compartilhadas pelos adultos, ainda os incomodam, porque não têm coragem de mudá-las e a saída é a adaptação dos jovens a antigos paradigmas e ao conformismo.

“(...) a adolescência não é só o conjunto das vidas dos adolescentes. É também uma imagem ou uma série de imagens que muito pesa sobre a vida dos adolescentes. Eles transgridem para ser reconhecidos, e os adultos, para reconhecê-los, constróem visões da adolescência. Elas podem estar entre o sonho (afinal, o adolescente é a atuação de desejos dos adultos), o pesadelo (são desejos que estariam melhor esquecidos) e o espantinho (são desejos que talvez voltem para vingar de quem os reprimiu)” (Calligaris, 2000, p.35).

No entanto, há de se mencionar a existência de adolescentes que não questionam o meio social em que vivem, passam pela adolescência sem conflitos e sem atos de rebeldia contra a sociedade.

“Os dois tipos de adolescentes convivem na sociedade. Há os que passam por crises e conflitos e chegam à maturidade revendo seus valores e questionando a sociedade; e os outros, nos quais o conflito é gradual e contínuo, que não questionam os valores sociais” (Salles, 1998, p.74).

O fim da adolescência é caracterizado quando o indivíduo conquista sua independência financeira, maturidade psicossocial para assumir responsabilidades como trabalho, casamento, filhos e outros e tem sua identidade firmada. Em síntese, já está apto a caminhar sem a influência dos pais e/ou grupos de amigos. Atualmente existe um retardamento do término da adolescência, sobretudo pelo acentuado nível de desemprego, o que obriga milhares de indivíduos a permanecerem na dependência financeira de seus pais e na dependência psicossocial destes pais, pois muitos (pais) assumem uma postura de superproteção com os seus filhos ao longo de sua educação, e retardam a auto-afirmação e independência dos mesmos, pois os filhos se sentem inseguros e temerosos de assumirem sua própria vida.

“Com isso os adolescentes dispõem das condições biológicas para o amadurecimento adulto, mas no terreno psicológico e psicossocial eles são levados a um “estado de espera”, que os impede de participar dos processos sociais com a atividade e responsabilidade de que seriam capazes” (Klosinski, 2006, p.45).

Para finalizar, ressalta-se que não houve intenção de desvalorizar as regras, costumes, valores de uma sociedade, pois todas elas são necessárias e apontam a especificidade de cada cultura, mas chamar a atenção para o cuidado de não torná-las fixas e absolutas, às quais os jovens devem ser ajustados. O processo crítico do adolescente deve ser valorizado por pais, professores, assistentes sociais, psicólogos, educadores e outros profissionais que desenvolvem trabalho com esse segmento etário. Afinal, os adolescentes estão se preparando para se inserirem no universo adulto e, quanto mais críticos forem, conseqüentemente, serão adultos sujeitos de sua história e da história da sociedade. A problematização de fatos socioculturais e econômicos que circundam esse segmento etário, sob a via do protagonismo juvenil (participação dentro e fora das políticas sociais, superando a condição de objeto e tornar-se sujeito dentro da sociedade) como é a proposta do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), é dever do profissional.

“(...)Através da criatividade, da conscientização, da reflexão, do questionamento crítico, o indivíduo pode passar desta posição de objeto submisso, acomodado e manipulado para a de sujeito ativo, que reinterpreta o Universo em que vive, que passa de simples consumidor a criador” (Becker, 2003, p.55).

4.2

Puberdade e relacionamentos afetivos do adolescente

Além dos aspectos já mencionados do desenvolvimento do adolescente, abordar-se-ão as mudanças biológicas, físicas e sentimentais que envolvem a adolescência no processo de inserção no universo adulto.

O início da adolescência é marcado pela puberdade, isto é, pelas mudanças preparativas do corpo do homem para a procriação, que normalmente acontece entre os 11 e 13 anos. Nesta fase, a hipófise - glândula que condiciona a função de outras no corpo - é ativada por substâncias produzidas pelo hipotálamo - parte do cérebro - e passa a criar hormônios que impulsionam os ovários à produção e liberação deles nas mulheres, e os testículos, nos homens, o espermatozóides. Com a produção desses hormônios as meninas começam a sofrer mudanças no seu organismo, tais como: o quadril começa a ampliar, sinalizando a preparação do corpo para a gestação, o aparecimento dos pêlos pubianos e nas axilas, a primeira menstruação, o desenvolvimento da vagina, vulva e clitóris. Já nos meninos os ombros se alargam, há o aparecimento dos pêlos pubianos e nas axilas, em alguns casos, crescimento dos mamilos, crescimento do pênis, ejaculação inesperada. Tanto nas meninas como nos meninos ocorre o crescimento da estrutura óssea, que nem sempre é proporcional, causando desconforto ao adolescente.

Cada adolescente possuirá um desenvolvimento biológico peculiar à sua natureza. Em algumas adolescentes os seios crescem com grande rapidez, em outras demora um bom tempo para começarem a se desenvolver. Após a primeira menstruação, o nível do crescimento do corpo das meninas fica mais lento, normalmente as meninas crescem apenas cerca de dois a cinco centímetros. E quanto mais cedo a menina menstruar, mais cedo ela começa a trocar os dentes molares.

A menstruação corresponde à passagem da fase infantil para a adulta, biologicamente a menina passa a ser mulher e tendencialmente acontece a partir dos 12 anos de idade. Essa passagem ocorre quando a glândula hipófise troca informações com os dois ovários e manda os ovários expulsarem um óvulo. E o útero se prepara para receber o óvulo expulso e ser fecundado pelos espermatozóides. Essa preparação acontece com o engrossamento das paredes internas denominadas endométrio, formadas por células e sangue, com um formato de "ninho" para receber o ovo, ou melhor, o futuro bebê. Contudo, se não houver fecundação, as células, junto com o sangue, se desapegam das

paredes no útero e saem pela vagina: isso denomina-se menstruação ou menarca.

O crescimento corporal dos meninos é mais lento que o das meninas: com 13 anos de idade os meninos possuem um corpo desenvolvido assim como as meninas, que já estão com o corpo mais formado, quadril, cintura definida e seios. Nos meninos o primeiro momento da puberdade é marcado por uma aproximação acentuada com a mãe e um certo isolamento com o sexo oposto fora do âmbito doméstico. Eles se sentem envergonhados com as transformações do corpo e ameaçados com as cobranças culturais que lhes exigem determinadas atitudes para provarem que não são “bichas” (linguagem popular). Vale ressaltar que é comum aos meninos, na fase da puberdade, utilizar práticas homossexuais e masturbar-se¹⁵, por tratar-se do momento de descoberta sexual, de acentuado desejo sexual e de timidez, insegurança e imaturidade para uma relação heterossexual.

A ejaculação acontece aproximadamente aos 12, 13 anos de idade, no princípio em pouca quantidade, mais tarde cria consistência e aumenta. Existem meninos que são pegos de surpresa durante a noite, principalmente após sonhos eróticos, com o pênis ereto, ejaculando, fato esse denominado “polução noturna”.

O primeiro amor é algo inevitável e começa a aflorar aos poucos e acontece quando o menino ou a menina passa a sentir a necessidade de uma relação heterossexual mais próxima, com trocas de carícias, beijos e abraços. O adolescente vai mudando gradativamente seu olhar sobre aquele (a) menino(a) da escola, da comunidade, das brincadeiras ou o que passa na rua, o primeiro beijo é almejado, assim como a primeira relação sexual. O namoro é o ato de despreendimento com a relação mais próxima entre pai-filha ou mãe-filho, para iniciar a experiência da relação com o sexo oposto fora do âmbito familiar, de forma mais íntima e intensa guiada pela paixão. *“Freqüentemente a relação entre pai e filha na puberdade é muito íntima. Mas a quebra dessa relação pode ocorrer de repente, quando a pubescente pela primeira vez se apaixona por um jovem, e não pelo pai”* (Klosibski,2006, p.20).

Cabe mencionar a postura dos pais sobre o namoro dos filhos, que se diferencia conforme o sexo do filho. Em relação às meninas adolescentes os

¹⁵ Masturbação é “o ato de excitar os genitais com as mãos, para se obter prazer. É um ato isolado, particular e, muita das vezes, até censurado de culpas e cobranças pela desinformação e tabus impostos aos adolescentes” (Duarte, 2005:42). Tanto as meninas quanto os meninos utilizam dessa prática para satisfazer seus anseios sexuais, contudo é mais comentado entre os meninos.

pais tendem, a princípio, a proibir o namoro sob a justificativa das filhas não estarem preparadas para o mesmo, porém, caso o namoro prospere, as mães ficam com a responsabilidade de aconselhar as mesmas. Na maioria das vezes, quando as mães percebem que as filhas têm relação sexual com seus namorados procuram ignorar ou falam nas entrelinhas para as filhas não fazerem bobagens, terem juízo etc. Raras são as mães que conversam abertamente com elas sobre sexo, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis. Na verdade reproduzem com suas filhas a forma de educação oferecida pelas suas mães. Já em relação aos meninos, por se estar numa sociedade machista, os pais incentivam o namoro e a relação sexual deles para provarem que são homens, mas esses pais esquecem de discutir com o filho a preparação psicossocial para assumir uma relação sexual com responsabilidade.

As meninas e os meninos tendem a se diferenciar quanto à percepção sobre a primeira relação sexual. Nas meninas o anseio pela primeira relação sexual é mais idealizado e romantizado, já os meninos estão com os pensamentos voltados para a satisfação do desejo, para a consumação do ato. A mídia tem um papel fundamental no incentivo à realização da atividade sexual, cujos programas erotizam a juventude, colocam o sexo como uma forma de auto-afirmação, de provar a maturidade e responsabilidade e, conseqüentemente, os adolescentes vêm desenvolvendo vida sexual ativa imaturamente, sujeitos a gravidez precoce e a doenças sexualmente transmissíveis e outras.

Apesar de os jovens possuírem conhecimento sobre sexo e puberdade, poucos vivem esses conhecimentos adquiridos nas escolas, nas novelas, filmes, revistas, porque na verdade há uma transferência de inúmeras informações e não uma problematização junto a esses jovens sobre as mudanças no seu corpo, sobre seus desejos sexuais e sobre sexo propriamente dito.

“As primeiras relações não serão programadas e sim imprevisíveis, se não houver, desde a infância, entre a família e a adolescente, diálogos constantes, contínuos, carinhosos, de olhos nos olhos. A sensação e o tesão ocorrerão em momentos inesperados, sem lugar programado, e a adolescente acaba vivenciando uma situação nova, tendo até a primeira relação sexual com alguém de quem nem gosta tanto, como forma de compensar frustrações sobre a paixão que gostaria de viver” (Grifo da autora) (Duarte, 2005, p.68).

Segundo dados do Ministério da Saúde de 2004, 8,6% dos nascidos vivos eram de mães adolescentes. As adolescentes, ao mesmo tempo que sentem medo de engravidar após a relação sexual, agem como se com elas isso não acontecesse, fosse algo mágico e que acontecesse apenas com as meninas que estão preparadas para serem mães. É importante destacar a existência de casos de meninas, cuja gravidez é um veículo de agressão aos familiares, para mostrar sua maturidade ou para sair de casa, sob a visão de que se engravidassem os namorados iriam casar. A falta de diálogo com os pais e a informação não refletida sobre os métodos contraceptivos levam os adolescentes a deixar que as situações aconteçam, apesar de algumas até utilizarem métodos contraceptivos, porém de forma errônea. E quando grávidas, tanto as meninas como os meninos envolvidos, normalmente a mulher é a mais prejudicada nessa situação, vêem seus planos interrompidos, principalmente se os familiares não mostram uma atitude acolhedora, carinhosa e, sobretudo, se vivem uma situação financeira precária.

Mesmo quando o pai da criança assume a paternidade e até resolve casar-se ou juntar-se, este pode ser um momento muito sofrido para a futura mãe adolescente, pois ela pode deparar-se com a culpabilização por parte dos seus pais, que a vêem como uma vergonha, para os vizinhos e para a família do pai da criança e para determinados amigos. O namorado, por sua vez, pela tenra idade, não desfruta de maturidade para assumir uma relação, principalmente, a paternidade, quer mais é curtir a vida e não dá atenção para as inquietações e inseguranças da adolescente. A futura mãe, na maioria das vezes, não se sente preparada para assumir a responsabilidade de criar uma criança, afinal não possui sua identidade formada, ainda precisa dos cuidados dos pais, no entanto se vê obrigada a transformar-se em mulher e incorporar a maternidade.

Contudo, a culpabilização dos pais, sobre o filho e/ou a filha que serão pai e mãe precocemente, pode ser percebida como uma forma indireta de mostrar seus sentimentos de culpa e de fracasso como protetores e educadores. Na verdade, muitos pais assumem posturas históricas e socioculturalmente construídas que provocam entraves quando o assunto é sexo, por isso preferem perceber seus filhos como seres assexuados ou que já possuem informações em demasia, e não precisam de mais informações, sobretudo dos pais, ainda que falem sobre o assunto de forma mais sutil.

Para dar continuidade à discussão da relação pais e filhos, outros aspectos serão abordados no próximo item.

4.3 Adolescência e família

No contexto familiar o adolescente merece especial atenção pois, como já foi salientado, ele está sujeito a mudanças biológicas e psicossociais, mas a forma de a família lidar com as vicissitudes dessa fase dos jovens é de fundamental importância para a construção da vida adulta do indivíduo. Não se pode esquecer de que é uma fase de vulnerabilidade, de incertezas, de medos, de busca por uma nova identidade ou melhor, como aponta Rousseau (In Dolto, 1988), um segundo nascimento.

Mas inicialmente cabe enfatizar o significado da categoria Família. Ao contrário do que o senso comum dissemina, com o auxílio da mídia, a família não é uma instituição natural, ela apresenta uma acentuada capacidade de mudanças e transformações e possuirá organização e formas de relacionamento peculiares ao contexto social, econômico, político e cultural na qual está inserida. Por exemplo, um grupo familiar residente no meio rural irá adquirir mecanismos diferenciados de comunicação e educação que a família residente no meio urbano não adotará. *“As mudanças que ocorrem no mundo afetam a dinâmica familiar como um todo e, de forma particular, cada família conforme sua composição histórica e pertencimento social”* (Szymanski, 2002, p.17).

Sabe-se que não é só o meio que influencia a família, esta também o influencia. Tome-se como ponto de partida o exemplo das novas organizações familiares, em que um dos fatores determinantes foi o neoliberalismo mediante os reordenamentos no mundo do trabalho (desemprego, aumento da carga horária mediante o enxugamento da folha de empregados, precariedade nas relações de trabalho, instabilidade, baixos salários e outros) e da forma de o Estado atender às múltiplas expressões da questão social: o poder público minimizou suas ações de atendimento às necessidades básicas da sua população expostas às expressões da questão social, com políticas públicas focalizadas, privadas e segmentárias como já referenciado no capítulo I.

Essa realidade neoliberal gerou nas famílias a necessidade de criarem estratégias para sobreviver, tais como: acolherem até quatro gerações dentro do mesmo âmbito doméstico; lançarem mão do trabalho infantil e do

adolescente; crianças e adolescentes assumindo a responsabilidade dos afazeres domésticos e dos cuidados com os irmãos menores para seus pais trabalharem; famílias que passam a contar com o apoio emergencial do tráfico de drogas, em face da ausência do Estado, e a criar uma rede de proteção comunitária e outras. Contudo, essas estratégias saíram do contexto das micro-relações e assumiram feição macro, dando às famílias brasileiras novas formas de convivência e uma nova caracterização do que é ser família nos dias atuais. A *“lenta e gradativa transformação das coisas miúdas do cotidiano pode levar às grandes transformações históricas e sociais”* (Azevedo e Guerra, 2000, p.66).

Cabe salientar que o dever do Estado, segundo a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social (1998) -, é suprir os mínimos sociais daqueles que não possuem condições para essa atribuição.

“O artigo 1º da LOAS preceitua que a assistência social, a par de ser um direito do cidadão e um dever do Estado, é política não contributiva de seguridade social, que provê os mínimos sociais mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, visando ao atendimento de necessidades básicas” (Potyara, 2000, p.25).

Por se estar refletindo sobre a categoria família em tempos neoliberais, é importante destacar que, no ano de 2005, entrou em vigor o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para regulamentar a LOAS. O SUAS é uma política pública cuja centralidade está na instituição familiar, para justificar a importância dessa instituição na sociedade. Trata-se da mediadora entre o indivíduo e o meio, preparando-o para interagir com a sociedade a partir de sua função socializadora, portanto deve ter condições sociais e econômicas adequadas para desempenhar seu papel. Contudo, deve-se transcender o olhar sobre a materialização do SUAS e estar-se vigilantes, para que se perceba que essa política está contextualizada no macro desmonte do setor público e na privatização dos problemas que são sociais. O SUAS corre o risco, portanto, de tomar direções contrárias ao estabelecido nas suas diretrizes e, conseqüentemente, ser um veículo de aumento de transferência de responsabilidades sociais às famílias que demandarem da Assistência Social.

“(...) Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade na família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir,

proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos” (PNAS, 2004, p.35).

Vale salientar a influência cultural em tempos de globalização nas novas formas de organizações familiares. Na contemporaneidade convive-se com a cultura do individualismo, das relações voláteis, fragilizadas e descompromissadas. É a cultura da descontinuidade, do desengajamento e do esquecimento como denomina Bauman (2004), e é nessa cultura que se destacam a desvalorização dos costumes, dos valores e das tradições das gerações familiares, que comprometem a comunicação entre os membros intergeracionais. A “(...) *cultura líquido-moderna não mais se percebe como uma cultura do saber e da acumulação, como aquelas registradas nos relatos de historiadores e etnógrafos. Em vez disso, parece uma cultura do desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento*” (Bauman, 2004, p.144).

No entanto, mesmo com os novos reordenamentos não se poderia dizer que houve uma ruptura dos modelos antigos de família e surgiram novas famílias; o que houve foi o surgimento gradativo de novas formas de organização familiar com características antigas de relacionamento entre seus membros, assim como modelo antigo de família com características modernas de interação. A forma de organização e os valores da família são dependentes do contexto histórico, social, cultural, econômico e político que a permeia. “*Esse processo de modernização se realiza de forma não-linear, não existindo propriamente a superação de um “modelo” pelo outro*” (Gueiros, 2002, p.107).

O modelo antigo se refere ao tradicional, àquela família composta por pai, mãe e filhos, em que a figura masculina, no caso o pai, é valorizada e colocada como o epicentro, por ser o provedor da família e, por ser homem, todos os demais membros lhe devem obediência. Nesse modelo a hierarquia é bem definida entre homem/pai, mulher/mãe e filhos. Já a família moderna caracteriza-se pelas relações mais igualitárias entre os membros, casamentos sem laços tão duradouros, famílias com poucos filhos, mas que podem comportar até quatro gerações no mesmo teto, famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe, famílias homossexuais, funções parentais, construídas com declínio da autoridade dos pais, papéis sexuais negociáveis e famílias menos extensivas.

Existe uma tendência atual de retorno de homens e mulheres adultos, já com filhos, à casa dos pais quando da separação ou do divórcio, em decorrência da falta de recursos financeiros suficientes, para suprir suas próprias despesas e as de seus filhos, e da necessidade de ter alguém para cuidar da criança ou do adolescente, enquanto os pais dedicam horas exaustivas ao trabalho. Com essa nova realidade cria-se uma maior dependência dos filhos adultos e dos netos aos idosos, cujos filhos e netos, apesar de não aceitarem os costumes e os valores morais dos pais/avós, o que pode ocasionar até um conflito intergeracional com manifestação de violência em determinados núcleos familiares, vêem-se obrigados à convivência.

“Os avós são de particular importância quando os pais se separam. Num agudo processo de separação ou divórcio dos pais, por via de regra os avós estão envolvidos, ocorrendo também um processo de reorganização familiar” (Klosinski, 2006, p.69).

A relação entre os membros da família não é linear porque, apesar de o processo socializador da família ser único, cada indivíduo possuirá uma forma particular de perceber o mundo que o cerca, com base na convivência com outras instituições e a forma única de captar o mundo. E esta divergência de opiniões e visões de mundo entre os membros é o eixo da relação familiar. Existem pais que defendem suas idéias e “verdades” como absolutas e, em determinadas circunstâncias, podem se utilizar da violência para impor suas vontades. Outras estão pautadas no respeito mútuo e no diálogo, em que as opiniões são pólos de problematização e discussão, em busca de soluções.

Na relação entre os filhos adolescentes e os pais e/ou responsáveis, existem pais que não aceitam a negação dos filhos a seus valores, normas e regras, cujas conseqüências são brigas e até coação de ambas as partes. Mas é a partir da reflexão sobre esta socialização com os pais e, em certos momentos, a negação da mesma, que os filhos adolescentes constroem sua identidade: trata-se de um processo construtivo. *“A identidade, assim, é como um reflexo da sociedade e a expressão de uma interação entre o eu e o contexto social”* (Klosinski, 2006, p.53).

Cabe salientar que os pais se vêem, muitas das vezes, obrigados a adotar posturas que não consideram “corretas” em face da cobrança da comunidade e de outros familiares. Há casos em que a cobrança é tanta que desemboca em ações violentas ou, pelo menos, os pais fingem adotar esse

método disciplinar para satisfazer a vizinhança como se pode evidenciar na descrição de Szymanski (2002),:

“(...) Um exemplo dessa adequação foi o depoimento de uma mãe que dizia fingir bater no filho, para não ouvir as admoestações da vizinha de que não era severa na educação de seus filhos. O cuidado com o filho era permeado pela “satisfação” que tinha que dar à vizinhança” (Szymanski, 2002, p.15).

Para determinados pais ter um filho adolescente é sinônimo de insegurança e medo, uma vez que não sabem como educá-lo em tempos modernos, pois o adolescente demonstra segurança e autoridade em negar as regras, normas e conselhos que lhe foram passados. Isso sugere a perda gradativa da autoridade dos pais. Para Neil Postman (1990), essa perda da autoridade dos pais deve-se ao processo de socialização divulgado pela mídia, já que antes, sem ela, os filhos não tinham pleno conhecimento sobre os assuntos dos adultos. Muito pelo contrário: eles viam os pais como aqueles que detinham o conhecimento sobre todas as coisas, o SABER; porém, hoje, a televisão, os jornais, o rádio abrem novos horizontes. Atualmente, muitos filhos são mais conhecedores da realidade que os circunda do que os seus próprios pais, tal é a rapidez com que as notícias são divulgadas.

“Os pais se encontram confusos quanto às práticas educativas, não sabendo mais o certo e o errado e se devem impor disciplina aos filhos. Os pais sentem inseguros e hesitam em impor seus padrões, ao mesmo tempo que as crianças se encontram precocemente seguras do próprio comportamento” (Salles, 1998, p.75).

Não se pode esquecer de que um dos mecanismos utilizados pelos adolescentes para construir sua identidade é rebelar-se contra seus pais. Eles olham para seus responsáveis e negam atitudes, comportamentos, visões de mundo e outras que consideram “erradas” e não querem adotar em sua vida. Tendencialmente, os pais querem impor aos adolescentes o considerado necessário para tornarem-se adultos respeitados dentro da sociedade e idealizam para eles aquilo que gostariam de ter realizado e sido, no período de sua própria adolescência. Mas esquecem que os filhos devem ser livres em suas escolhas em relação ao seu presente e ao futuro. Logo a questão é dar liberdade com limites, ter autoridade sem impor o autoritarismo.

A falta de habilidade de lidar com os filhos adolescentes, principalmente quando eles apresentam agressividade acentuada, leva vários pais a procurarem auxílio nas instituições públicas alegando que os profissionais devem assumir seu papel de controle e autoridade sobre o adolescente, já que eles não conseguem fazê-lo. Com isso, os adultos mostram não saber mais avaliar o “certo” e o “errado” no confronto entre o divulgado pela mídia, pela comunidade e seus próprios valores sociais e morais adquiridos ao longo dos anos, sentem-se perdidos.

“Os pais passam a hesitar sobre suas normas, sobre o que é certo e o que é errado, sobre a imposição de seus padrões morais. Isso enfraquece a confiança dos pais em seus próprios julgamentos, o que, por sua vez, faz com que se enfatize cada vez mais a importância das técnicas de criação de filhos e aumente a procura por sua assistência, mesmo que eles dêem conselhos conflitantes, de acordo com a moda do momento” (Salles, 1998, p.77).

A perda da autoridade dos pais tem, também, como fator determinante o anseio dos pais em querer ser o filho adolescente, em querer retornar à sua adolescência. Essa necessidade de alguns pais é provocada pela frustração de muitos adultos no período de sua adolescência, pelo medo da velhice e/ou pela supervalorização da juventude pela sociedade. Os pais querem ser jovens, vestem-se, agem e falam como jovens e disputam lugar com os filhos adolescentes. É importante acrescentar, que determinados pais namoram a amiga do filho ou a mãe, o amigo do filho. Nesse momento trava-se uma relação entre iguais: os pais passam a penetrar no mundo da adolescência e vivê-la e, com isso, a autoridade pais-filhos vai se extinguindo aos poucos. Cabe ressaltar que ter uma relação respeitosa e horizontal é diferente de ter uma relação em que pais e filhos se consideram da mesma idade, em que não há limites e a autoridade do adulto sobre o adolescente acabou.

O adolescente, ao contrário do que se pode pensar, pede limites aos adultos, sobretudo a seus pais, tal é a ansiedade de viver incondicionalmente sem saber direito para onde quer ir e o que quer fazer. Ele precisa do direcionamento de alguém que lhe ofereça segurança e com quem possa conversar e falar de suas angústias e incertezas. *“Deseja que os pais não se preocupem demais com ele, mas que estejam disponíveis quando tem vontade de falar com eles” (Dolto, 1988, p.46).*

Deve-se considerar a falta de sintonia de casais em relação à educação dos filhos, o que proporciona um enfraquecimento da autoridade. Alguns adolescentes aproveitam-se das divergências entre os pais em relação a eles para conseguirem o desejado. *“A falta de coerência entre o pai e a mãe leva o adolescente a manejá-los para obter permissão para atividades que deseja fazer”* (Salles, 1998, p.69). Existem adolescentes que vivem em função da briga conjugal dos seus pais, sendo capazes de qualquer atitude para evitar a separação deles, ficam doentes, fogem de casa e usam de diversas estratégias. Cada adolescente desenvolverá maneiras peculiares de perceber e lidar com os conflitos familiares, uns sofrem e chegam a ficar doentes, já outros vêem isso como um momento favorável para conseguir o que almejam.

O não respeito dos pais para com os filhos e dos filhos para com os pais ocasiona uma relação conflituosa, porque se trata de uma relação cujo eixo não é o diálogo. O diálogo entre pais e filhos é fundamental para os pais compreenderem o mundo dos adolescentes, sem necessidade de viver esse mundo como se fosse um deles. Para orientá-los, aconselhá-los é preciso que os pais reflitam sobre as atitudes que devem tomar, e que os filhos, por sua vez, compreendam as razões dos pais velhos.

“É indispensável compreender e suportar o fato de que os jovens precisam desafiar os pais, hostilizar sua autoridade, já que este desafio é fundamental para o seu crescimento, para que eles se tornem “eles mesmos”. É preciso ter muita valentia para viver a adolescência como adolescente, e os pais também terem muita coragem para suportar provocações e desafios de uma forma ativa, ditada por uma postura coerente, firme e, se possível, tranqüila” (Pessanha, 2001, p.116).

Pessanha (2001) ressalta que os pais deveriam realizar o exercício de colocar-se no lugar dos filhos adolescentes, para perceberem como os “sermões”, a “falação” só proporcionam mais rebeldia e revolta. Contudo, os adultos por mais que tenham condenado a forma de tratamento de seus pais com eles na adolescência, tendem a reproduzi-la com seus filhos. Assim como os próprios adolescentes, que por mais que condenem as atitudes disciplinares de seus pais as justificam, provavelmente eles as utilizarão com seus filhos no futuro.

A adolescência é um período de questionamentos críticos e deve ser aproveitada pelo núcleo familiar. Um grande debate em família é acolhedor e

sadio ao desenvolvimento do adolescente. Estimulando-o a ser um adulto crítico e participativo ele se sentirá pertencente à família. No entanto, essa realidade é complexa e difícil de ser presenciada nos lares brasileiros, mediante os fatores históricos, culturais e sociais que permeiam a família, desvalorizando as opiniões e idéias do adolescente em prol de uma educação autoritária e coercitiva. Os familiares que conseguem agir de maneira horizontal com os filhos são aqueles que transcendem os aspectos históricos, sociais e culturais da sociedade e percebem seus filhos como participantes da família e não como objeto de ações dos adultos. Não se pode esquecer de que quanto mais crítico um adolescente for, obviamente se tornará um adulto sujeito do seu destino e não objeto de uma sociedade.

“A capacidade de abertura e reflexão desses pais, a maneira com que eles lidam com seus próprios conflitos, e a compreensão que tiverem com relação aos conflitos dos filhos é que vão determinar a sua reação perante o adolescente. O uso da violência, da repressão e do autoritarismo, e por outro lado, a falta total de limites e a satisfação de todos os desejos e caprichos podem criar sérias dificuldades ao desenvolvimento da personalidade do adolescente. No entanto, se houver uma atitude equilibrada e sobretudo compreensiva por parte dos pais, e também dos filhos, pode surgir entre eles um novo relacionamento, respeitoso e amigo”
(Becker, 2003, p.40).

A partir da problematização de questões envolvendo a adolescência na contemporaneidade, o próximo capítulo abordará as percepções dos adolescentes vitimizados pela violência física intrafamiliar no espaço doméstico, que se encontram em atendimento no Programa Sentinela de Itaboraí.